

INTERNACIONAL



Esta seção traz uma retrospectiva da desastrosa política externa nos dois anos do governo golpista de Michel Temer. Fala, também, da reeleição de Nicolas Maduro na Venezuela e do plano de governo proposto na Itália depois do final das negociações entre os partidos vencedores das eleições de março, o Liga Norte e Movimento 5 Estrelas.

Dois anos de retrocessos na política externa

Na América do Sul ocorre a ascensão de uma direita radical e fanaticamente entreguista aos interesses dos Estados Unidos, embora os governantes destes não estejam dispostos a conceder nada em troca e tampouco se disponham a fingir que veem Mauricio Macri, da Argentina, Michel Temer, do Brasil, Sebastián Piñera, do Chile, Manuel Santos, da Colômbia, Horácio Cartes, do Paraguai, e Martin Vizcarra, do Peru, como parceiros. Estes chefes sul-americanos não têm nenhuma análise realista da crise que afeta o mundo atual nem uma estratégia para enfrentá-la, a não ser rejeitar o que apresentou bons resultados no passado recente e tentar se legitimar junto às grandes potências, Estados Unidos e Europa, por meio de uma “guerra fria regional”, com ataques à esquerda no governo, particularmente ao da Venezuela, ou na oposição e a abertura da economia de seus países para inves-

timentos estrangeiros diretos por meio de aquisições a preços baixos e privatizações.

Em mais uma demonstração que a direita sul-americana não tem compromisso com a democracia e sequer com o desenvolvimento de sua região, os governos destes seis países da América do Sul decidiram retirar-se da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Sob o eufemismo de se “licenciarem” desta durante a presidência Pro Tempore de Evo Morales da Bolívia, utilizaram do subterfúgio da “licença” para evitar o debate público sobre suas verdadeiras intenções, pois tanto a adesão ao Tratado que rege a Unasul quanto o seu abandono requerem ratificação parlamentar. No caso brasileiro, do Senado, o que permitiria o posicionamento dos partidos políticos, dos senadores individualmente e até dos pré-candidatos presidenciais.

No entanto, sob a desculpa esfarrapada que o cargo de secretário-geral está vago desde o término

do mandato do colombiano Ernesto Samper no início de 2017 devido à falta de consenso sobre a eleição do candidato argentino, o diplomata José Octavio Bordón, estes governos pretendem esvaziar um dos processos de integração continental mais importantes dos últimos anos, transformando a discussão em uma disputa ideológica, absolutamente inconveniente nas relações entre países vizinhos com tantos problemas comuns. O governo golpista de Michel Temer tem sido protagonista na implementação destas posições.

A partir da desestabilização do governo da presidenta Dilma Rousseff, em 2015, seguida do golpe em 2016, o Brasil vem se tornando um país irrelevante no cenário internacional. Um objetivo geopolítico era recolocar o Brasil na órbita dos interesses dos Estados Unidos, o que, no entanto, se complicou parcialmente com a vitória do presidente Donald Trump. Por outro lado, a política de Temer teve como efeito ampliar as possibilidades de expansão dos investimentos chineses, porém, sem os anteparos necessários para proteger os interesses brasileiros. No Brasil, as tentativas de aproximação das grandes potências também ocorrem por meio da oferta de ativos, em particular do petróleo, terras, água, biodiversidade e a privatização abrangente do patrimônio público para exploração de empresas estrangeiras.

As atitudes que o governo ilegítimo vem adotando e, conseqüentemente, as relações internacionais que busca estabelecer e os fóruns que tem prestigiado visam atender apenas a quatro prioridades. A primeira é utilizar o aparato diplomático do Itamaraty para defender a suposta legalidade do golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff e, da mesma forma, reagir às críticas sobre as medidas que vem implementando como, por exemplo, a reforma trabalhista e a legalização do trabalho escravo, ambas criticadas no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A recente manifestação de ex-chefes de Estado social-democratas europeus reivindicando o direito de Lula candidatar-se nas próximas eleições aborreceu sobremaneira o chanceler golpista, Aloysio Nunes, que os acusou de ingerência indevida em assuntos de um “país soberano”.

As demais são a tentativa de se aproximar de paí-

ses desenvolvidos como os europeus e os Estados Unidos por meio da abertura econômica para investimentos e oferta de negociações comerciais, no entanto, sem muito êxito; aproximar-se plurilateralmente da China por meio dos Brics, bem como bilateralmente, com o intuito de atrair investimentos diretos e empréstimos sem uma perspectiva da retomada do desenvolvimento industrial-tecnológico; aliar-se a governos e partidos de direita na América Latina e romper com um dos ditames fundamentais da política externa brasileira que é o respeito à autodeterminação dos povos e não ingerência, particularmente em relação à Venezuela, país que também foi ameaçado de intervenção militar pelos Estados Unidos.

Após o processo de impedimento da presidenta Dilma e a usurpação da presidência por Michel Temer, houve também uma guinada significativa, ao menos no plano discursivo, em relação às propostas de inserção comercial por parte do Ministério das Relações Exteriores, com ênfase na abertura comercial e na tentativa de aproximação com países desenvolvidos.

A centralidade concedida ao Ministério da Fazenda durante estes dois anos afetou sobremaneira a política comercial do país, com uma pauta de abertura unilateral e de ênfase em acordos internacionais indutores de reformas domésticas liberalizantes. Nesse sentido, a adesão aos Códigos de Liberalização de Capitais e Operações Correntes Invisíveis da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) foi alçada ao centro da política econômica do governo, além da própria solicitação de ingresso na OCDE. Também, em documento da Secretaria de Assuntos Estratégicos - “Uma Agenda de Produtividade: o Desenvolvimento como Interesse Público (nov. 2017)” - foi afiançada a necessidade de aumentar o número de Tratados Bilaterais de Investimentos (TBIs), e de o país se tornar membro do Centro Internacional para a Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (*International Centre for Settlement of Investment Disputes - ICSID*), associado ao Banco Mundial. Essas medidas, além de contrariar linhas consolidadas da política externa do país, também são contraditórias em relação às estratégias de proteção e facilitação de investimentos adotadas nos últimos

anos, que dialogavam com um contexto global de recuo na adoção de mecanismos de solução de controvérsias investidor-Estado.

A eleição do presidente Donald Trump, com a consequente saída do país da Parceria Transpacífica (TPP na sigla em inglês), a renegociação do Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (North America Free Trade Agreement - Nafta), questionamentos às regras multilaterais da OMC e ao seu sistema de solução de controvérsias, bem como uma deliberada agenda protecionista, diminuíram as expectativas de um aprofundamento da liberalização comercial bilateral com os Estados Unidos, uma das propostas do governo Temer. Ao mesmo tempo, ainda que a TPP não entrasse em vigor, suas disciplinas representavam padrões sob os quais grande parte das futuras negociações comerciais seriam pautadas, algumas delas já apresentadas ao Brasil pelos membros da Aliança do Pacífico (Chile, Colômbia, Costa Rica e México) com os quais o governo brasileiro vem flertando.

Neste cenário, a União Europeia e, paradoxalmente, a China se apresentaram como as maiores defensoras do livre comércio. Com o bloco europeu, em particular, o Brasil, junto com os demais Estados membros do Mercosul, encontra-se na expectativa da assinatura de um acordo comercial, que passou por uma nova rodada de negociações, em paralelo à XI Conferência Ministerial da OMC em Buenos Aires, em dezembro de 2017, embora novamente sem um resultado final.

Ou seja, o governo Temer, assim como seus colegas sul-americanos, transformou a política externa em *business*, debilitando o bloco sul-americano em formação e sem contribuir para projetar o país no exterior e incidir sobre os rumos da política internacional.

Maduro se reelege na Venezuela

No dia 20 de maio ocorreu na Venezuela a eleição para o cargo da presidência. O atual presidente, Nicolás Maduro, candidato da *Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV)*, venceu com 68% dos votos válidos e governará o país por mais seis anos. Em segundo lugar ficou Henri Falcón, do *Avanzada Progresista*, com 21% e, em terceiro, o evangélico Javier

Bertucci do *Esperanza por el Cambio*, que obteve 11%.

Cerca de 45% do eleitorado compareceu às urnas, já que no país o voto não é obrigatório. Um número baixo se comparado ao histórico venezuelano, onde essa taxa chegou a 80% na última eleição, em 2013. Porém, está na média das “tradicionais” democracias no mundo: na França, por exemplo, o pleito de 2017 para a presidência, que elegeu Emmanuel Macron, contou com a participação de 44% da população apta a votar.

Além disso, houve boicote da principal frente de oposição ao atual governo, *Mesa de la Unidad Democrática (MUD)*, enfraquecida depois da conformação da Assembleia Constituinte e que, mais uma vez, se mostrou não disposta a passar pelos ritos democráticos. Inclusive, os opositores, desde a época de Hugo Chávez, nunca se mostraram muito afeitos à democracia, basta lembrar da tentativa de golpe de Estado em 2002.

Mesmo antes da eleição acontecer, os Estados Unidos de Donald Trump já haviam falado que não iriam reconhecer a autenticidade do resultado. É importante ressaltar os interesses desse país no petróleo da Venezuela, que possui as maiores reservas já comprovadas, e como um governo abertamente anti-imperialista, como foi o de Chávez e o atual de Maduro, pode prejudicar isso. O que está em jogo, para os americanos, não é o regime de governo venezuelano e sim ter ou não um território chave para sua segurança energética submisso a suas vontades.

O candidato que ficou em segundo lugar, Falcón, também disse não reconhecer a eleição, fazendo acusações de fraude. Entretanto, as votações no país são acompanhadas por observadores internacionais que atestam sua transparência. Entre os cerca de duzentos convidados do dia 20 estava, por exemplo, o ex-presidente espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero.

Os próximos seis anos de governo Maduro seguirão sendo de luta. Com sua vitória, o país, que ainda hoje não conseguiu superar a dependência da exportação de petróleo, provavelmente sofrerá ainda mais sanções econômicas, o que prejudicará de forma brutal o povo venezuelano. Não será fácil.

O projeto do novo governo italiano

Depois de mais de dois meses das eleições, a Itália possui novo plano de governo. As negociações, que estavam beirando a um impasse absoluto que terminaria, provavelmente, com novas eleições, só andaram para frente depois que o Liga Norte, que estava inserido numa coligação com o Forza Itália de Silvio Berlusconi, conseguiu aval para conversar sozinho com o Movimento 5 Estrelas (M5S).

O documento, contendo o projeto de governo divulgado pelos dois partidos que foram os mais votados em março, mostra contornos xenófobos e conservadores, ao mesmo tempo que rechaça completamente as medidas neoliberais impostas ao país pela União Europeia (UE).

É no âmbito econômico, principalmente, que aparece a retórica cética em relação à UE. As propostas nesse sentido passam por uma reforma nos impostos, redução da idade para a aposentadoria e por uma progressista renda básica universal de cerca de 780 euros por mês. Essas medidas vão no sentido oposto ao Pacto de Estabilidade e ao Mecanismo Europeu de Estabilidade que impõe aos países membros equilíbrio orçamental. Além disso, pretende-se a discussão de todos os tratados assinados com a UE, apesar de

não ser explícita uma possível saída à *Brexit*.

Na política externa é proposta uma maior aproximação com a Rússia e a retirada das sanções econômicas contra esse país, o que demonstra, novamente, o teor anti-UE do plano de governo.

Em outras partes, porém, o documento é extremamente conservador. Por exemplo, na questão sobre a imigração que foi fortemente discutida durante a corrida eleitoral, fala-se em bloquear o acesso de imigrantes ao país e em repatriamento. Outro ponto que é bem emblemático é a generalização do porte de armas, pautada no argumento de garantia do direito de defesa a todos cidadãos.

Ao eleger a Liga e M5S e suas propostas, a população italiana, uma das que mais sofreram com a crise na Zona do Euro conjuntamente com os portugueses, espanhóis, irlandeses e gregos, dá um recado claro: a austeridade defendida pela UE não funciona e só traz prejuízos. E, quando isso acontece, ou a saída é pelo populismo de direita, que vem colado ao conservadorismo, como vemos na Itália, ou pela esquerda, como ocorre na retomada do desenvolvimento em Portugal, com o governo do Partido Socialista e com o crescimento do Podemos na Espanha.